



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura de Salto do Jacuí

AFIXADO
EM 19/05/2020
Prefeitura Mun. Salto do Jacuí

RETIRADO
EM
.....
Prefeitura Mun. Salto do Jacuí

CAPITAL GAÚCHA DA ENERGIA ELÉTRICA

PORTARIA Nº 252, DE 14 DE MAIO DE 2020.

Altera o Art. 11 da Portaria nº 639, de 15 de dezembro de 2014, que disciplina a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e seu procedimento administrativo no âmbito do Departamento Municipal de Meio Ambiente do município de Salto do Jacuí/RS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO JACUI/RS, no uso de suas atribuições dispostas no Art. 54, IV da Lei Orgânica e:

- Considerando as competências atribuídas ao Departamento Municipal de Meio Ambiente;
- Considerando a Lei Municipal Nº 1.782 de 28 de dezembro de 2009 que cria o Departamento Municipal de Meio Ambiente;
- Considerando a Lei Municipal Nº 1.718 de 29 de abril de 2009 que regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental;
- Considerando a Lei Municipal Nº 1.830 de 5 de agosto de 2010 que altera o inciso II do Art. 2º da Lei Municipal Nº 1.830;
- Considerando Lei Estadual N.º 11.520, de 3 de agosto de 2.000 e em especial o seu art. 99;
- Considerando o disposto na Lei Estadual N.º 11.877, de 26 de dezembro de 2002 que dispõe sobre a imposição e gradação da penalidade ambiental;
- Considerando a Lei federal Nº 12.651 de 25 de maio de 2012 que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal;
- Considerando a Lei Federal Nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração e a utilização do Bioma Mata Atlântica, patrimônio nacional;
- Considerando o disposto na Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e nos Decretos Federais nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e nº 6.686, de 10 de dezembro de 2008;
- Considerando, a necessidade de disciplinar as especificações das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e seu procedimento administrativo;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Portaria disciplina as especificações das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e seu procedimento administrativo no âmbito do município de Salto do Jacuí/RS.

Parágrafo único – nos termos do artigo 99, da Lei Estadual n.º 11.520, de 3 de agosto de 2.000, esta Portaria disciplina a aplicação das sanções previstas no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 2º - As infrações à legislação ambiental serão apuradas em processo administrativo próprio, podendo ser iniciado com a lavratura de auto de infração, relatório de vistoria ou representação.

§ 1º - Quando houver processo de reclamação ou denúncia, gerador do Auto de Infração, cópia do Auto de Infração e relatório será a este anexado, informando ao denunciante as



providências adotadas pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente - DMMA, e o processo arquivado.

§ 2º - O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

§ 3º - No Auto de Infração constará o número do processo administrativo.

SEÇÃO I

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art 3º - O procedimento para aplicação das penalidades pecuniárias administrativas terá início com a lavratura do auto de infração e demais termos referentes à prática do ato inflacionário, sendo assegurado ao autuado o contraditório e a ampla defesa, assim como os recursos administrativos inerentes.

§ 1º - O autuado, na forma do art. 117, da Lei Estadual n.º 11.520, de 3 de agosto de 2000, será notificado para ciência da infração:

I. Pessoalmente;

II. Pelo correio ou via postal;

III. Por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 2º - No caso de recusa do autuado em assinar o auto de infração este deverá ser lavrado na presença de duas testemunhas, certificando o ocorrido em seu verso e entregue a via correspondente ao autuado.

§ 3º - O edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, na imprensa oficial, considerando-se efetivada a autuação 5 (cinco) dias após a publicação.

§ 4º - Na forma do art. 118 da Lei Estadual n.º 11.520, de 3 de agosto de 2000, o autuado poderá oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data da ciência da autuação.

Art. 4º - O auto de infração deverá ser lavrado conforme modelo previsto no Anexo I desta Portaria e observando o art. 8º, da Lei Estadual n.º 11.877, de 26 de dezembro de 2002, o qual deverá conter de forma clara, precisa, ostensiva e pormenorizada o preceito legal que autoriza a sua lavratura, destacando:

I. Os critérios para imposição e gradação da penalidade, especialmente a gravidade do fato e, no caso de multa, a situação econômica do infrator;

II. As circunstâncias que atenuam ou que agravam a penalidade, inclusive a reincidência do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III. A possibilidade de conversão ou substituição da penalidade em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos estabelecidos em lei, especialmente aqueles relacionados ao Termo de Compromisso Ambiental;

IV. As informações necessárias para que a defesa escrita seja encaminhada aos órgãos adequados e instruída com os documentos pertinentes;

V. A informação da continuidade do processo, independentemente da manifestação do notificando.

Art. 5º - O auto de infração deverá gerar um processo administrativo, no serviço de protocolo da Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí/RS.



§ 1º - Para cada auto de infração lavrado deverá ser constituído processo administrativo autônomo, podendo também ser iniciado no processo que deu origem ao fato gerador.

§ 2º - Caso no Auto de Infração não conste o número do processo administrativo, por este ter sido lavrado a campo, este número deverá ser comunicado ao autuado, por ofício, entregue na forma do artigo 3º desta Portaria. Somente o prazo de defesa passa a contar do recebimento do ofício.

Art. 6º - O auto de infração que apresentar vício sanável e, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, poderá ser convalidado pela autoridade julgadora competente, mediante despacho saneador, após o pronunciamento da Assessoria Jurídica do DMMA.

Parágrafo único - Para os efeitos do estabelecido no caput deste artigo, considera-se vício sanável, aquele que a correção da autuação não implique em modificação do fato descrito no auto de infração.

Art. 7º - O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo, após o pronunciamento da Assessoria Jurídica do DMMA.

Parágrafo único - Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente deverá ser lavrado um novo auto de infração.

SEÇÃO II

DA DEFESA, DO JULGAMENTO E DO RECURSO

Art. 8º - O autuado poderá, no prazo de vinte dias, contados da data da ciência da autuação, oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração.

Parágrafo único - Vencido o prazo estabelecido no caput deste artigo sem que o autuado tenha oferecido defesa ou impugnação, ou efetuado o pagamento da multa, este incorrerá em mora, devendo o débito correspondente encaminhado para cobrança ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, onde poderá ser inscrito em dívida ativa.

Art. 9º - O requerimento de defesa ou de impugnação deverá ser formulado por escrito e será protocolizado no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí/RS, que o encaminhará imediatamente ao DMMA, e conterà obrigatoriamente os seguintes dados:

- I. Órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- II. Identificação do interessado ou de quem o represente;
- III. Número do auto de infração correspondente;
- IV. Endereço do requerente, ou indicação do local para o recebimento de notificações, intimações e comunicações;
- V. Formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos;
- VI. Apresentação de provas e demais documentos de interesse do requerente e;
- VII. Data e assinatura do requerente, ou de seu representante legal;

§ 1º - O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar ao requerimento o respectivo instrumento de mandato.



§ 2º - Cabe ao autuado à prova dos fatos que tenha alegado sem prejuízo do dever atribuído à autoridade julgadora para instrução do processo.

§ 3º - As provas propostas pelo autuado, quando de natureza ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

Art. 10 - A defesa não será conhecida quando oferecida:

I. Fora do prazo e;

II. Por quem não seja legitimado;

~~Art. 11 — O Assessor Especial de Meio Ambiente deverá julgar o auto de infração, apresentada ou não a defesa ou a impugnação, mediante parecer prévio do agente autuante, o qual deverá manifestar-se sobre todos os argumentos apresentados pelo autuado e, se for o caso, acostar ao seu parecer novos elementos de prova que julgar cabíveis.~~

Art. 11 – O Assessor Jurídico Especial de Meio Ambiente deverá julgar o auto de infração, apresentada ou não a defesa ou a impugnação, mediante parecer prévio do agente autuante, o qual deverá manifestar-se sobre todos os argumentos apresentados pelo autuado e, se for o caso, acostar ao seu parecer novos elementos de prova que julgar cabíveis. (Redação dada pela Portaria nº 252, de 2020).

§ 1º - A decisão de que trata este artigo consistirá na emissão de Decisão Administrativa de Julgamento do auto de infração, com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, cientificando-se o autuado sobre o seu resultado.

§ 2º - Caso o autuado apresente defesa ou impugnação de cunho jurídico, a Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí/RS deverá manifestar-se previamente a emissão da Decisão Administrativa e, neste caso, o parecer jurídico de que trata este artigo é obrigatório e vinculante em relação à decisão do Assessor Especial de Meio Ambiente.

§ 3º - A decisão da autoridade julgadora competente não se vincula aos critérios de dosimetria utilizados pelo agente autuante para a determinação da multa aplicada, hipótese em que poderá de ofício ou a requerimento do interessado, independentemente do seu recolhimento minorar, manter ou majorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente.

§ 4º - O autuado que apresentar vulnerabilidade econômica na forma prevista na Lei Estadual nº 11.877/2002, deverá demonstrar esta condição, e solicitar o benefício, na sua defesa ao Auto de Infração.

§ 5º - Caso a Decisão Administrativa não atenda a exigência prevista neste artigo, ou tenha omissões de ordem técnica ou jurídica, o agente autuante poderá solicitar reconsideração ao Assessor Especial de Meio Ambiente, para fins de saneamento da omissão, abrindo-se, se necessário, novo prazo para que o autuado, desejando, interponha nova defesa.

§ 6º - Não sendo apresentada defesa ou impugnação da Decisão Administrativa da lavra do Assessor Especial de Meio Ambiente o débito será consolidado e iniciada a sua cobrança administrativa, com a notificação ao autuado, encaminhada via postal com o Aviso de Recebimento - AR.

§ 7º - As impugnações, defesas e os recursos interpostos das decisões não definitivas terão efeito suspensivo, relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente.



Art. 12 - Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do parecer jurídico e na decisão da autoridade julgadora.

Parágrafo único - O Assessor Especial de Meio Ambiente poderá, a seu critério, requisitar ao servidor autuante, a qualquer tempo, a produção de provas necessárias à sua convicção sobre o pedido formulado, bem como parecer técnico, que deverá ser elaborado no prazo máximo de dez dias, ressalvadas as situações devidamente justificadas.

Art. 13 - O agente autuante deverá elaborar contradita, quando solicitada, no prazo de cinco dias, contados a partir do recebimento do processo.

§ 1º Entende-se por contradita, para efeitos desta norma, as informações e esclarecimentos prestados pelo agente autuante, necessários à elucidação dos fatos que originaram o auto de infração, ou das razões alegadas pelo autuado, facultado ao agente, nesta fase, opinar pelo acolhimento parcial ou total da defesa.

§ 2º A Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí/RS, quando entender necessário, poderá requisitar, em forma de quesitos, informações ou esclarecimentos adicionais pelo agente autuante, além da contradita, a fim de formar o seu convencimento no exame de procedimento de autuação e a sua respectiva defesa ou impugnação.

Art. 14 - Na fase de instrução do procedimento, a Assessoria Jurídica do Departamento Municipal de Meio Ambiente, deverá se pronunciar sobre a juridicidade do pedido, emitindo parecer fundamentado para a motivação da decisão da autoridade julgadora.

Art. 15 - Da Decisão Administrativa proferida pelo Assessor Especial de Meio Ambiente cabe recurso do autuado, em face das razões de legalidade e de mérito, ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA, no prazo de vinte dias, contado a partir da ciência ou da divulgação oficial da decisão recorrida.

Art. 16 - Recebido o recurso pela Secretaria do CONDEMA, serão os autos conclusos à Presidência para admissão ou não do recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em decisão fundamentada.

§ 1º - A competência do CONDEMA, para apreciar recurso administrativo hierárquico, contra decisão do Assessor Especial de Meio Ambiente está prevista no inciso XXVII do artigo 3º, da Lei Municipal nº 1719/2009.

Art. 17 - O recurso será interposto por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo, para tanto, juntar os documentos que entender conveniente.

§ 1º - O recurso interposto, na forma prevista neste artigo, não tem efeito suspensivo.

§ 2º - Na hipótese de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida, poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

§ 3º - Não serão admitidos os recursos manifestamente protelatórios, devendo ser indeferidos de plano pela autoridade competente para proferir a decisão de admissibilidade e, somente deverão ser conhecidos, quando houver decisão administrativa da instância inferior.



Art. 18 - O recurso não será conhecido quando interposto:

- I. Fora do prazo;
- II. Perante órgão incompetente;
- III. Por quem não seja legitimado;
- IV. Depois de exaurida a esfera administrativa.

Art. 19 - O DMMA cientificará formalmente o interessado para ter ciência da decisão prolatada.

Art. 20 - Na hipótese de reconhecimento por parte do autuado da infração praticada, pelo pagamento da multa administrativa sem interposição de defesa ou impugnação e não existindo penalidade de Apreensão, Depósito, Embargo ou Suspensão de Atividade a ser julgada, ou outra medida administrativa a ser adotado, o processo administrativo poderá ser arquivado, sem necessidade de emissão de Decisão Administrativa por parte do Assessor Especial de Meio Ambiente.

Art. 21 - Havendo o pagamento da multa administrativa e existindo penalidade de Apreensão, Depósito, Embargo ou Suspensão de Atividades, o processo deverá ser remetido ao Fiscal de Meio Ambiente que gerou o Auto de Infração, para análise e providências complementares, inclusive junto a Assessoria Jurídica do Meio Ambiente.

Art. 22 - A autoridade julgadora competente na fase de defesa ou impugnação e recursal decidirá pela manutenção, minoração, majoração ou pela adequação do valor da multa e demais penalidades acessórias, respeitados os limites dos valores da multa estabelecidos nos artigos infringidos, ou ainda pelo cancelamento de auto e o arquivamento do processo.

§ 1º - Na decisão pela minoração ou majoração do valor da multa, a autoridade julgadora deverá observar o estabelecido nos art. 4º e 123 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

§ 2º - A autoridade julgadora ao decidir pela adequação do valor da multa deverá compatibilizá-la com os fatos que lhe deram causa, levando em consideração o volume, a área, a quantidade, a espécie, a localização e outras unidades de medida pertinentes.

Art. 23 - O DMMA constituirá comissão interna para analisar e manifestar-se sobre pedido de:

- I. Minoração ou majoração do valor da multa, respeitados os limites estabelecidos nos artigos infringidos do Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008;
- II. Adequação do valor da multa;
- III. Parcelamento superior a seis meses, limitado a doze meses;
- IV. Conversão do valor da multa em prestação de serviços, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente previsto no § 4º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998 e no art. 139 do Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008;
- V. Suspensão da exigibilidade de multa administrativa, para fins de fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, nos termos do art. 146 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

§ 1º - A comissão interna de que trata o caput deste artigo será composta: por um representante titular e um suplente do DMMA, de arrecadação, e jurídica, cabendo ao DMMA



a sua coordenação, e sendo designados por ato do Prefeito, com prazo de vigência de dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º - Os valores de multa serão minorados para os autuados em vulnerabilidade econômica, prevista na Lei nº 11.877/2002.

§ 3º - a conversão ou suspensão, previstas nos incisos IV e V deste artigo, somente serão avaliadas para valores de multas superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

SEÇÃO III

DA REINCIDÊNCIA

Art. 24 - Incorre em reincidência genérica ou específica, nos termos do art. 11 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, o agente que pratique nova infração ambiental no período de cinco anos, contados da lavratura de auto de infração anterior devidamente comprovado em julgamento.

§ 1º - Constatada a reincidência genérica, a multa a ser imposta pela prática de nova infração deverá ter o seu valor aumentado ao dobro do valor calculado pela metodologia adotada por esta Portaria.

§ 2º - Constatada a reincidência específica, a multa a ser imposta pela prática de nova infração deverá ter o seu valor aumentado ao triplo do valor calculado pela metodologia adotada por esta Portaria.

§ 3º - Caracteriza-se a reincidência nos casos a que se refere o caput deste artigo, quando houver decisão administrativa irrecorrível em processo administrativo anterior, e a nova infração tenha sido cometida no período de cinco anos, contados da lavratura de auto de infração anterior devidamente comprovado em julgamento.

CAPÍTULO II

DA ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO

Art. 25 - Os valores das penalidades pecuniárias devem ser expressos em moeda corrente no País, nos moldes da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994.

Parágrafo único. Na hipótese de mudança na legislação que dispõe sobre a moeda nacional, o DMMA deve proceder à respectiva compatibilização para efeito de cobrança dos valores a que se refere este artigo.

Art. 26 - sobre os valores de multa aplicados pelo DMMA não serão aplicados juros de mora ou atualização monetária.

§ 1º - Os valores resultantes do pagamento das multas serão encaminhados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA.

§ 2º - O CONDEMA deverá manter sistema de acompanhamento dos créditos e débitos resultantes das multas aplicadas pelo DMMA e, periodicamente, anexar às Atas do CONDEMA o extrato retirado do FMMA.

SEÇÃO II

DO ENCAMINHAMENTO DO DÉBITO AO FMMA

Art. 27 - Transitando em julgado a Decisão Administrativa, sem que o débito tenha sido pago, será procedido o encaminhamento formal do processo administrativo para cobrança e, se for o caso, inscrição em dívida ativa.



CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 – As multas previstas no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.686, de 10 de dezembro de 2008, podem ter a sua exigibilidade suspensa, quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pelo Assessor Especial de Meio Ambiente e pelo Agente Autuador, obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§ 1º - Para a concessão do benefício previsto no caput deste artigo, deverá haver decisão administrativa do Assessor Especial de Meio Ambiente, autorizando a formalização do Termo de Compromisso Ambiental.

§ 2º A decisão referida no parágrafo anterior deverá fundamentar-se em critérios técnicos exarados em parecer do Assessor Especial de Meio Ambiente, a qual a matéria esteja submetida, bem como o aval do CONDEMA.

Art. 29 - O devedor beneficiado com a suspensão da exigibilidade de multa administrativa, firmada através de Termo de Compromisso, para fins de fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, terá a redução do valor da multa em noventa por cento, atualizado monetariamente, mediante laudo técnico que certifique o efetivo cumprimento das obrigações estabelecidas.

§ 1º - Na hipótese do descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do Termo de Compromisso de que trata o caput deste artigo, o valor da multa deverá ser cobrado proporcionalmente ao dano não reparado, deduzido do valor atualizado do débito, para fins de cobrança do saldo devedor.

§ 2º - o valor correspondente aos 10% (dez por cento) da multa aplicada, atualizado monetariamente, deverá ser recolhido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do efetivo cumprimento das obrigações assumidas e será informada ao autuado mediante a emissão de Boleto de Cobrança da Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí/RS, com data final de vencimento;

§ 3º - o não pagamento do valor previsto no parágrafo anterior, no prazo estipulado pelo DMMA, implicará no envio da cobrança para inclusão na dívida ativa do município, até seu efetivo pagamento.

Art. 30 – Cumpridas as obrigações assumidas em Termo de Compromisso, o devedor beneficiado pela conversão de valor da multa simples em prestação de serviços, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos previstos no art. 146 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, terá o seu débito reconhecido como quitado.

§ 1º - Na hipótese do descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do Termo de Compromisso de que trata o caput deste artigo, o valor da multa deve ser restabelecido, atualizado monetariamente, prosseguindo-se na sua cobrança.

§ 2º - Para a concessão do benefício da conversão da multa simples em prestação de serviços, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, previsto no art. 146 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, deverá haver, obrigatoriamente, decisão administrativa e a formalização de termo de compromisso ambiental, com obrigações, prazos e penalidades que incidirão na hipótese de inadimplência das obrigações assumidas com o DMMA.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura de Salto do Jacuí

CAPITAL GAÚCHA DA ENERGIA ELÉTRICA

Art. 31 – O Anexo II, parte integrante desta Portaria, auxilia no critério de cálculo para as multas administrativas a serem aplicadas pelo DMMA.

§ 1º – A autoridade autuante informará, no auto de infração, o valor pecuniário da multa, demonstrando quais foram os critérios utilizados para a imposição e gradação da penalidade.

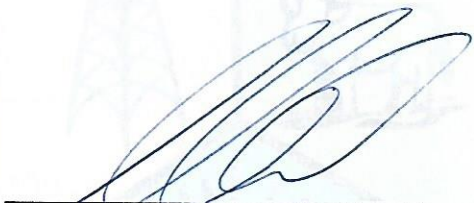
§ 2º – O Anexo II estabelece as regras para a aplicação das penalidades de multas explícitas no Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008, mesmo as de competência da União ou Estado.

§ 3º – A autoridade ambiental somente utilizará a forma de cálculo para as infrações citadas no parágrafo segundo deste artigo, no uso do poder supletivo para as infrações de competência da União ou Estado, na ausência ou omissão da autoridade competente.

Art. 32 – Esta Portaria e seus anexos serão disponibilizados no site da Prefeitura de Salto do Jacuí, com a finalidade de dar publicidade e transparência aos atos administrativos praticados pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente.

Art. 33 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto do Jacuí, 18 de maio de 2020.



Cláudio Miro Gamst Robinson
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura de Salto do Jacuí

CAPITAL GAÚCHA DA ENERGIA ELÉTRICA

Anexo I:



Departamento Municipal de Meio Ambiente AUTO DE INFRAÇÃO



| | |
|---|--------------------------------|
| Auto de infração nº | Processo administrativo |
| Local da Infração: Data da constatação: | |
| Qualificação do infrator Infrator: CPF: Endereço: | |
| Descrição da infração | |
| Dispositivos legais transgredidos | |
| Penalidades | |
| Dispositivos legais que fundamentam as penalidades | |

Data:

Servidor:

Cargo:

Matrícula:

Recebi uma via deste Auto de Infração

Em: ____/____/____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____



INFORMAÇÕES AO AUTUADO

1. O autuado responderá à infração em processo administrativo próprio, independentemente de sua manifestação.
2. Fica assegurado o direito ao contraditório, à ampla defesa e as demais informações relativas ao processo administrativo de infração ambiental, as quais poderão ser obtidas através das respectivas instâncias de julgamento, podendo utilizar-se de todos os benefícios previstos na legislação vigente.
3. Poderá ser solicitada a celebração de Termo de Compromisso Ambiental – TCA nas modalidades do art. 157 do Decreto Estadual 53.202/2016, em manifestação protocolada e instruída com apresentação de pré-projeto, no prazo de defesa até o trânsito em julgado administrativo.
4. Quando aplicada pena de multa, esgotados os recursos administrativos, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias junto ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.
5. Cópia do comprovante de pagamento da multa deverá ser encaminhada ao Departamento Municipal de Meio Ambiente.
6. O autuado fará jus ao desconto de 30% (trinta por cento) quando optar por efetuar o pagamento da penalidade, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da autuação, segundo Art. 3º da Lei nº 8.005, de 22 de março de 1990.
7. O não pagamento da multa aplicada implicará na inscrição do devedor em dívida ativa e se for o caso em cobrança judicial.
8. No caso do autuado oferecer defesa ao Auto de Infração, a mesma deverá ser formalmente encaminhada ao Departamento Municipal de Meio Ambiente, no prazo máximo de 20 dias a contar da ciência do referido auto de infração, conforme Art. 118 da Lei Estadual nº 11.520 de 3 de agosto de 2000.
9. A defesa será formulada por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no auto de infração e termos que o acompanham, bem como a especificação das provas que o autuado pretende produzir a seu favor, devidamente justificadas.
10. Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.
11. Os critérios para o estabelecimento da multa imposta são embasados no Decreto Federal 6.514 de 22 de julho de 2008.
12. Outras Leis que amparam os trabalhos de fiscalização: Lei Municipal 1.830 de 05 de agosto de 2010; Lei Municipal 1.718 de 29 de abril de 2009; Lei de Crimes Ambientais N° 9605 de 12 de fevereiro de 1998, entre outras.

Eu, _____, acima qualificado, declaro que recebi a via da presente instrução, estando a partir deste momento cientificado quando às orientações e prazos acima descritos.
Salto do Jacuí, ____ de _____ de _____.
Assinatura:

Agente de Fiscalização: